



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ-
IFAP

CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARILENE ALVES MARTINS
TEREZA ALICE DE SOUSA PINHEIRO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA. OS DESAFIOS NO PROCESSO DA INCLUSÃO DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DA ESCOLA MUNICIPAL
ACRE DO 1º AO 5º ANO.**

PORTO GRANDE – AP

2022

MARILENE ALVES MARTINS
TEREZA ALICE DE SOUSA PINHEIRO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA. OS DESAFIOS NO PROCESSO DA INCLUSÃO DE
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR DA ESCOLA MUNICIPAL
ACRE DO 1 ° AO 5º ANO.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Pedagogia -EaD do Instituto Federal de
Educação, Ciência e Tecnologia do
Amapá-IFAP, campus Porto Grande,
como parte das exigências para obtenção
de nota da disciplina Seminário TCC III.
Orientador (a): Diogo Angeli Theotonio.

PORTO GRANDE – AP

2022

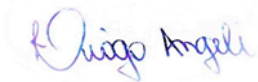
Biblioteca Institucional - IFAP
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- M654e Martins, Marilene Alves
Educação inclusiva. Os desafios no processo da inclusão de alunos com deficiência no ensino regular da escola municipal Acre do 1º ao 5º ano. / Marilene Alves Martins, Tereza Alice de Pinheiro. - Porto Grande, 2022. 45 f.: il.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Porto Grande, Curso de Licenciatura em Pedagogia (EaD) - Polo Porto Grande, 2022.
- Orientador: Diogo Angeli Theotonio.
1. Breve Histórico da Educação Inclusiva. 2. Educação Inclusiva. 3. Formação de Professores. I. Pinheiro, Tereza Alice de. I. Theotonio, Diogo Angeli, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do IFAP com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARILENE ALVES MARTINS
TEREZA ALICE DE SOUSA PINHEIRO

Projeto de Trabalho de Conclusão de
Curso aprovado como requisito parcial
para obtenção do grau de Licenciado em
Pedagogia pela Banca Examinadora
formada por:



Presidente Professor Me. Diogo Angeli Theotônio



Professora Esp. Darléia Ferreira de Moraes



Professora Esp. Eloísa Assunção da Silva de Oliveira

Porto Grande, 12 de abril de 2022

Dedicamos a saudosa professora Marilda (in memoriam), que foi levada ao senhor precocemente, mas que deixou sua marca em cada um de nós.

Dedicamos este trabalho às nossas amigas de curso: Cidiane, Érica e Willia, que foi imprescindível contar com cada uma destas pessoas, seus conhecimentos e solicitude foram essenciais para nosso êxito.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus, por ter nos concedido o dom da vida e colocar em nossos caminhos grandes oportunidades como essa, o caminho da conclusão deste curso. Aos familiares e amigos que se fizeram presente em alguma etapa desta jornada acadêmica, com palavras e gestos de incentivo e otimismo.

Aos professores e tutoras, nosso eterno reconhecimento por tanto e muita gratidão pelo conhecimento compartilhado conosco. Ao nosso professor orientador Diogo Angeli, todo nosso respeito, admiração e gratidão pela confiança, compreensão, paciência e todo conhecimento dividido.

Este trabalho é um dos passos mais importantes para nos tornamos aquele que se doa para os outros, onde nos tornaremos responsáveis não só por nós mesmo ou familiares, responsáveis por mais que nossas notas, responsáveis perante ao mundo, ao futuro e todas oportunidades e possibilidades que a vida tem a oferecer. E o faremos com toda nossa dedicação e determinação para que possamos fazer parte dessa mudança social ao qual buscamos. Portanto, o nosso muito obrigada a todos!

RESUMO

Conforme estabelecido na política educacional do Brasil desde a década de 1990, tem havido muitas discussões sobre os desafios e dificuldades dos alunos com deficiência. O presente estudo tem por finalidade analisar as inseguranças do professor a fim de considerar a inclusão de alunos com deficiência na sala de aula. Para o desenvolvimento do presente trabalho foram utilizadas pesquisas bibliográficas e de campo, o trabalho foi construído com o objetivo de analisar se a realidade dos alunos com deficiências da escola Municipal Acre propicia de fato o aprendizado no ambiente escolar e se a unidade escolar está preparada para receber esses alunos. Pois sabemos que sem o apoio especial para fornecer orientação e assistência aos professores, as crianças com deficiência não podem ser incluídas de fato no ensino regular.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de professores. Inclusão Educacional.

ABSTRACT

As established in Brazil's educational policy since the 1990s, there have been many discussions about the challenges and difficulties of students with special educational needs. The present study aims to analyze the teacher's insecurities in order to consider the inclusion of students with special needs in the classroom. For the development of the present work, bibliographic and field research were used, the work was built with the objective of analyzing whether the reality of the students of the Municipal Acre school, in fact provides learning in the school environment and if the school unit is prepared to receive this student. For we know that without special support to provide guidance and assistance to teachers, children with special educational needs cannot really be included in mainstream education.

Keywords: Inclusive Education. Teacher training. Educational Inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Dados de matrículas de atividade complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de Porto Grande.

Tabela 02 - Dados de matrículas de atividade complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Municipal Acre.

Tabela 03 – O que você entende por educação inclusiva?

Tabela 04 - Para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva?

Tabela – 05 O professor está preparado para receber o aluno com deficiências em sala de aula?

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
NAEPI	Núcleo de Atenção Educacional Psicossocial e Inclusivo
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com deficiência
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
SEM	Sala de Recursos Multifuncional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	METODOLOGIA.....	13
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	15
3.1	Breve histórico da Educação Inclusiva.....	15
3.2	Educação Inclusiva.....	16
3.3	Formação de professores.....	18
3.4	Papel da família.....	20
3.5	A inclusão no município de Porto Grande.....	21
3.6	Resultado e análise.....	24
4	PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES.....	32
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42
	APÊNDICE – QUESTIONÁRIO USADO NA COLETA DE DADOS DA PESQUISA.....	45

1 INTRODUÇÃO

O artigo 208 da Constituição Federal garante às pessoas com deficiência o direito ao ensino de qualidade no ensino regular das instituições públicas de ensino. No entanto, sabemos que os direitos constitucionais dessas pessoas não são respeitados, pois é instável a formação de professores para aceitar alunos com deficiências. Essa pesquisa busca refletir sobre a insegurança e o despreparo que muitos professores têm em receber esses alunos.

Portanto, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os desafios que os professores enfrentam ao receberem alunos com deficiências na escola municipal Acre?

Objetivando refletir sobre a preparação dos professores para acolher alunos com deficiências em sala de aula regular, a pesquisa foi realizada na Escola Municipal Acre no 1º ao 5º ano ensino fundamental I, da cidade de Porto Grande – Amapá. A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados aos professores que se encaixavam no perfil de amostra da pesquisa. Participaram desta pesquisa 20 (vinte) professores, que lecionam no ensino fundamental I.

Diante dos fatos que comprovam a grande importância da discussão desse tema para as pessoas com deficiência, é que ainda hoje, em todas as escolas públicas ou privadas, a inclusão não é uma realidade. Este trabalho terá como método de trabalho a pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo, utilizando livros, artigos de revistas, documentos oficiais, questionários para professores e legislações relacionadas à incorporação da inclusão do Brasil. Para tanto, olhando para trás, para a história da tolerância, veremos que é uma das mais recentes da sociedade. Além disso, se é o mais recente a constar da lista mundial, no Brasil é ainda mais, o que faz essa tolerância demorar para acontecer é o preconceito. Porém, o preconceito contra os deficientes em nossa sociedade é tão antigo quanto a própria existência humana.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em publicações científicas da área de educação inclusiva. O estudo de caso foi desenvolvido, em sua totalidade, através de pesquisa de campo, envolvendo o professor e sua preparação para receber o aluno especial em sala de aula, suas angústias e aflições diante das dificuldades que os mesmos encontram.

A coleta de dados foi feita através de questionários aplicados para (20) vinte professores que se encaixavam no perfil de amostra da pesquisa, questionário era

composto por dez perguntas objetivas, tendo como pontos principais constatar se o gestor municipal já disponibilizou cursos práticos com finalidade de aperfeiçoamento da educação inclusiva para professores; identificar se os professores estão orientando, de alguma maneira, os demais alunos para a convivência com os alunos com deficiências saber o que os professores entendem por inclusão educacional e constatar se durante a sua formação houve acesso aos conhecimentos para lidar, em sala de aula, com alunos com deficiências.

A pesquisa bibliográfica baseou-se em diversos autores, como MANTOAN (2004, 2006), BISOL (2014), PARO (2000), MAZZOTA (2000,2002), dentre outros. A integração de alunos com deficiências no sistema de educação é, sem dúvida, uma das questões mais discutidas na educação nas últimas décadas. Para tanto, nos últimos anos, tem havido muitos estudos e debates sobre a questão da inclusão em sala de aula e as dificuldades que fazem com que os educadores se sintam inseguros em lidar com os alunos inclusivos. Para entender o que leva o educador a sentir dificuldade quando se trata de ter em sua turma “normal” um aluno portador de algum tipo de deficiência, temos que conhecer o problema que orienta esta reflexão e identificar, sob o ponto de vista do professor, quais as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão na sala de aula.

Os autores RODRIGUES, D.; LIMA-RODRIGUES (2011), MANTOAN (2006) e OLIVEIRA et al., apresentam conceitos, definições e ferramentas necessárias para diagnosticar se a formação profissional abrange a aprendizagem desses alunos para que tenham confiança em si mesmos para lidar com emergências que possam ocorrer durante o processo de aprendizagem.

A realização deste trabalho foi impulsionada pelo desejo de averiguar as percepções dos professores sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar relacionada à inclusão, tentar entender que na tentativa de esclarecer essas questões, este estudo discute teorias que podem esclarecer os objetivos originalmente propostos, pois o objetivo da aprendizagem do comportamento é educar a sociedade em evolução e se desenvolver rapidamente na direção da transformação moderna e inclusiva.

2 METODOLOGIA

A pesquisa elaborada a partir do título Educação Especial e Inclusiva, objetiva discutir a temática Educação Inclusiva, os desafios no processo da inclusão de alunos

com deficiência no ensino regular da escola Acre do 1º ao 5º ano. Buscando esclarecer através de dados e informações quais os desafios que os professores enfrentam ao receberem esses alunos com deficiências na escola acre.

Os procedimentos de coleta de dados supracitados, foi através de pesquisa bibliográfica, que para Andrade (2010, p. 25):

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizaram pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

E sobre a pesquisa de campo, que se trata da etapa de observação e coleta de dados extraídos diretamente do objeto de estudo e que Segundo Gonsalves (2001, p.67),

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Fazendo uso de metodologia exploratória com abordagem qualitativa e quantitativa ou como também é conhecida, abordagem mista que consiste na utilização conjunta das duas abordagens. Qualitativa que descreve, classifica e explica fenômenos e a relação existente entre as variáveis, esse tipo de abordagem ganha forma com análise de documentos como foi feito neste trabalho, e quantitativa na medida em que houve recolhimento de dados com aplicação de questionário e observação do objeto de estudo, neste sentido a pesquisa bibliográfica que foi o primeiro procedimento utilizado após a escolha do tema para levantamento de informações se deu por meio de leituras de livros, artigos de revistas, documentos oficiais e publicações científicas da área de educação inclusiva. Este tipo de pesquisa é de fundamental importância para o meio acadêmico no sentido em que ela é um dos métodos mais utilizados para a realização de qualquer pesquisa científica.

Sendo assim, depois de um estudo bibliográfico que nos permitiu compreender a temática alicerçada em obras alguns autores como Maria Tereza Eglér Mantoan,

David Rodrigues, Luzia Lima Rodrigues e outros, que nos permitirão através do uso de pesquisa de campo complementar este estudo baseado em fatos acontecimentos e informações reunidas a partir de visitas, observações e aplicação de questionário, com a finalidade de observar como ocorre de fato a inclusão escolar na realidade do dia a dia dessa escola.

A pesquisa de campo foi realizado na escola Municipal Acre, onde o foco dessa pesquisa estava na insegurança e no despreparo que muitos professores têm em receber alunos com deficiência no ensino regular, portanto, após um período de observações foi desenvolvido um questionário com 10 perguntas objetivas tendo como pontos principais constatar se o gestor municipal já disponibilizou cursos práticos com a finalidade de aperfeiçoamento da educação inclusiva para os professores; identificar se os professores estão intermediando e orientando os demais alunos na socialização com os alunos com deficiência, saber o que os professores entendem por inclusão educacional e constatar se durante a sua formação houve acesso aos conhecimentos para lidar em sala de aula com alunos deficientes.

Participaram da pesquisa 20 (vinte) professores que lecionam no ensino fundamental I e que se encaixavam no perfil da amostra dessa pesquisa. Esses dados foram analisados e interpretados e se mostram de suma importância para o desenvolvimento deste trabalho e os resultados aqui alcançados servirão de subsídios para futuras pesquisas, para que o gestor conheça um pouco mais dos anseios de seu corpo docente, e através dos autores que contribuíram com suas obras para o desenvolvimento da pesquisa, explorar ideias e sugestões para aplicar na escola visando melhorar o espaço físico e também social, levando em consideração que a escola é um dos maiores meios de interação e sociabilização e adequá-lo no sentido da inclusão e do respeito às diferenças.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Breve histórico da Educação Inclusiva

A nível mundial, a diversidade e a inclusão nas escolas tiveram como marco a Declaração de Salamanca, em 1994, que diz que [...] O princípio orientador deste Enquadramento da Ação consiste em afirmar que as escolas se devem ajustar a todas as crianças independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras[...]” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 6). Documentos anteriores da Organização das Nações Unidas (ONU) falavam apenas da igualdade e direito de

acesso, mas a Declaração de Salamanca abordou em detalhes o tema de necessidades educativas especiais. O documento é tão importante que traz a noção da singularidade do indivíduo ao afirmar que “toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 01)

No Brasil, apesar das discussões virem desde a década de 70, foi apenas em 2001 que a inclusão começou a aparecer com mais frequência nos documentos. Naquele ano, o Plano Nacional de Educação (PNE) destacou que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.(PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2014)

A partir daí, vários avanços foram realizados, a exemplo de: Formação de docentes voltados para a diversidade; reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de comunicação e expressão; ensino e difusão do Braille. Em 2003, o MEC oficialmente implementou o Programa Educação Inclusiva.

Em consonância com as ações do MEC, foi criado o Plano Municipal de Educação (PME) que é o Plano Municipal de Educação de Porto Grande – AP, onde se trata mais especificamente sobre a meta 05 que tem por objetivo de:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados que aborda. (P.M.E/P.G.- AP, 2015, p. 69)

3.2 Educação Inclusiva

Sobre a inclusão escolar, Mantoan afirma que:

Os sistemas escolares estão montados a partir de um pensamento que recorta a realidade, que permite dividir os alunos em normais e deficientes, as modalidades de ensino em regular e especial, os professores em especialistas nesta e naquela manifestação das diferenças. (MANTOAN, 2006, p. 16)

A autora critica a visão binária que as instituições de ensino ainda executam, para ela a escola, para ser realmente inclusiva, já se desprende dessa maneira de enxergar o mundo em dualidade, preto/branco, normal/especial. Em suas próprias

palavras “a escola não se ordena em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico) [...]” (EDILENE; et al., 2010, p.7).

O ideal para que uma escola seja inclusiva é que não haja uma identidade que sobreponha sobre outra, que todas sejam respeitadas e contempladas com as mesmas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem. Sendo assim, as escolas que ainda fazem essas chamadas adaptações para receber alunos com deficiência estão criando recortes da exclusão escolar, é necessário urgentemente que mudemos essa visão equivocada de inclusão, onde ainda é feito categorizações.

A inclusão escolar é um conceito relacionado às oportunidades de aprendizagem e persistência dos cidadãos nas escolas. Tem como principal objetivo tornar a educação mais inclusiva e popular e respeitar as diferenças e particularidades de todas as pessoas. A Constituição brasileira propõe a obrigatoriedade do Estado sobre a educação e não cabe às instituições educativas fazer nenhum tipo de distinção, seja de etnia, raça, credo, gênero, condição social ou quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, a legislação escolar quando pensa em uma educação para todos, ela apresenta algumas soluções, dentre elas: encaminhamento dos alunos para as classes especiais, currículos, ferramentas e instrumentos adaptados, ensino diferenciado, terminalidade específica, ou seja, um tempo para os alunos “normais” e um tempo diferente para quem não é “normal”

Porém, esse contexto acaba dividindo as pessoas, e, também, excluindo no sentido em que vão se criando grupos de pessoas com características iguais. Essa divisão, mais uma vez acarreta na diferença de educação que é oferecida, portanto, essa educação não será para todos.

Segundo Mantoan, "A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando". (MANTOAN, 2006, p. 11)

De acordo com Santos e Martins, “Na escola atual, as práticas devem atender à diversidade da turma, independentemente da existência de alunos com deficiência ou não. Daí os procedimentos pedagógicos precisam ter um caráter flexível, diversificado, que envolvam todos os alunos da sala de aula, sem exceção”. (SANTOS E MARTINS, 2015, p. 02)

A discussão da inclusão escolar transcende o âmbito da educação especial, pois ao se considerar a implantação de uma escola para todos, as pessoas questionam esse espaço e a composição das interações em toda a relação social. A

inclusão de alunos com deficiência nas escolas brasileiras sempre foi um desafio para instituições de ensino e educadores e, em alguns casos, tornou-se um drama para essas crianças e famílias jovens.

Mantoan (2004) enfatiza que, mais do que a discussão em torno das diferenças e da igualdade, há que se considerar a experiência da inclusão. Essa experiência é ainda incipiente e muito recente nas escolas e demais instituições, para que possamos entendê-la com maior rigor e precisão.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos. É interessante enfatizar que a inclusão social voltada para a realização deve abranger todos os espaços sociais, que significa lazer, saúde, educação, atividades culturais, participação na vida econômica, vivência de sua vida afetiva e a possibilidade de serem efetivamente protegidos e reconhecidos como mais direitos sociais adquiridos.

3.3 Formação de professores

Refletir sobre a formação de professores nos processos de inclusão escolar representa a possibilidade de problematizar a educação. O professor capacitado estará preparado para trabalhar e desenvolver métodos pedagógicos junto com a turma para que de fato o aluno com deficiência seja incluído. Sendo assim, a formação pedagógica do corpo docente é fundamental para a preparação e desenvolvimento social.

Segundo Mittler (2003 apud SANTOS E MARTINS, 2015 p. 396),

Um dos grandes desafios que se apresentam para a inclusão dos alunos com DI em salas comuns parte da própria escola e dos seus educadores que, muitas vezes, têm uma visão distorcida dessas crianças, percebendo-as como diferentes e entendendo que a tarefa de educá-las requer um conhecimento e uma experiência especial.

A rotina escolar tem mostrado dificuldades encontradas pelos professores em compreender as especificidades e requisitos da modalidade e especialmente quando eles começam a agir em uma das diferenças e que essas diferenças estão relacionadas à condição de uma pessoa com necessidades educacionais especiais. Também devemos levar em consideração que a formação dos professores

inicialmente recebidos em universidades e instituições de ensino superior, não os preparam para desempenhar o contexto da educação inclusiva.

Esse tipo de comportamento fragiliza e abala ainda mais o professor do ensino regular, levando-os até mesmo duvidarem de suas capacidades já que em sua formação inicial não houve essa preparação.

De acordo com Rodrigues e Lima-Rodrigues (2011, p.44) “os professores devem, pois, ser encarados como parceiros fundamentais para iniciar e desenvolver qualquer reforma educacional. Como essa mudança deve ser “piloteda” para ser eficaz?”

Essas questões e outras precisam ser abordadas para que a formação inicial de professores cumpra seu papel.

Mantoan afirma que:

O fato de os professores fundamentarem suas práticas e seus argumentos pedagógicos no senso comum dificulta a explicitação dos problemas de aprendizagem. Essa dificuldade pode mudar o rumo da trajetória escolar de alunos que muitas vezes são encaminhados indevidamente para as modalidades do ensino especial. (2006, p.56)

Os professores devem assumir um compromisso com a diversidade e a igualdade de oportunidades para que a colaboração e a cooperação estejam em uma posição privilegiada. Como organizador da sala de aula, o professor orienta as atividades dos alunos no processo de aprendizagem para a aquisição de conhecimentos e habilidades. O plano de ensino da escola orienta as ações dos professores.

O papel do educador é intervir nas atividades em que os alunos não desenvolvem suas habilidades de forma independente, de forma a fazer com que os alunos se sintam aptos para essas atividades. É nessa dinâmica que os professores escolhem programas de ensino e apoio para compartilhar, enfrentar e resolver conflitos cognitivos.

Para que a política de educação inclusiva seja eficaz, os professores da turma regular, os administradores das escolas, os professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a família devem ter uma compreensão clara destas funções e dos objetivos que é a educação dos discentes. Um dos maiores desafios que se enfrenta é a ausência de docentes especializados ou capacitados, pois os professores da sala de aula regular, precisam de estratégias pedagógicas que auxiliarão sua turma a vencer os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência. E para que isso

aconteça, o professor precisa conhecer as necessidades de cada aluno, promover campanhas de inclusão escolar, fazer planejamento individual e específico, dentre outras metodologias.

A construção de uma escola inclusiva deve ser projeto de todos e com a participação de todos, pois não é só um querer do espaço físico adaptado e acessível, é preciso promover todas as mudanças e sempre rever os critérios e padrões de avaliação, para que eles possam alcançar uma educação de qualidade, garantindo a construção do conhecimento para todos, o que, conseqüentemente, permitirá ao alunos com deficiência uma verdadeira participação na sociedade, pois não tem como considerar a democracia, os direitos humanos e a igualdade social sem considerar a educação. Os professores precisam considerar a formação continuada como um ato *continuum* criado e recriado no percurso da carreira do professor como forma de se manter em permanente crescimento pessoal e profissional.

3.4 Papel da família

Segundo a Lei Brasileira De Inclusão Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, parágrafo único: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.” (BRASIL, 2015)

O dever da família como parte de grande importância no desenvolvimento e garantia dos direitos de pessoas com deficiência é explicitado por lei, no entanto, o papel da família transcende a aplicabilidade da lei, pois a mesma é de suma importância para que o aluno consiga desenvolver-se de forma satisfatória.

E nesse sentido o Documento Referencial e Normatizador da Educação Especial do Sistema de Ensino do Município De Porto Grande-AP (2019). Diz que:

3.3.1 Cabe aos pais, mães e responsáveis, o acompanhamento quinzenal e sempre que necessário ir à escola de seu filho, tanto no ensino regular quanto no AEE, estimulando-o e mostrando interesse no que eles aprendem no ambiente escolar;

3.3.2 Promover rodas de conversas bimestrais entre professores do ensino regular, AEE e pais com o intuito de estreitar laços, compartilhar do progresso dos alunos e possíveis melhorias no que tange ao processo ensino-aprendizagem;

3.3.3 Realizar palestras aos pais e responsáveis voltadas às questões da higiene pessoal, saúde, preconceitos.

3.3.4 A escola deve oportunizar aos pais e funcionários encontros periódicos de formação, atendendo a cada encontro por especialidade da necessidade escolar.

3.3.5 Caberá à Escola NOTIFICAR a família que for omissa aos seus deveres para com o atendimento do aluno com deficiência no que tange ao atendimento regular e/ou ao Atendimento Educacional Especializado, sendo reincidente, o devido encaminhamento do núcleo familiar aos órgãos competentes.

É necessário que os pais tomem consciência de sua importância no desenvolvimento de seus filhos, que precisam se apropriar deste dever e acompanhá-los mais de perto fazendo um enlace com a escola e estreitando a relação com os professores que atendem esse aluno.

Há famílias que irracionalmente ou por falta de conhecimento não veem potencial em seus filhos deficientes e acabam nem os matriculando, ou que fazem a matrícula meramente pela obrigatoriedade e não ajudam e estimulam o desenvolvimento e aprendizado dessas crianças.

Deve-se considerar a atuação efetiva dos pais na educação especial, pois esse reforço feito em casa do trabalho do professor pode contribuir significativamente para o crescimento individual da criança.

Segundo Paro (2000) é de suma importância a contribuição efetiva dos pais junto aos filhos de forma qualitativa, na educação especial não é diferente, pois é em casa junto à família que a criança recebe e engloba o desenvolvimento de estímulos para estudar, pelo gosto em aprender coisas novas.

Um aspecto importante a ser considerado ao tentar verificar a existência de envolvimento familiar para melhorar o desempenho de uma criança é a noção que as pessoas têm desse envolvimento. “(...) a ajuda dos pais em casa estão querendo se referir desde a um carinho ou afeto que pode parecer, em princípio, não relacionado com a vida escolar do aluno, até uma intervenção mais ostensiva, ajudando nas lições de casa”. (PARO, 2000, p.38-39).

3.5 A inclusão no município de Porto Grande

De acordo com a Lei brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 Art. 28 que trata do:

II - Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; (BRASIL, 2015)

Levando em consideração as políticas públicas, a secretaria municipal de educação de Porto Grande, através de seus técnicos e colaboradores elaboraram o Documento Referencial e Normatizador da Educação Especial do Sistema de Ensino que foi homologado através da resolução nº 002/2019-CME/PG, que trata de garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena em todas as instituições de ensino, pública ou privada, que compõem o sistema Municipal de ensino. Nas escolas da rede tem o AEE Atendimento Educacional Especializado que atende o público-alvo da Educação especial, que são as crianças com deficiências, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação. Ele é um serviço de apoio à sala de aula comum, para que se ofereça meios e modos que efetive o real aprendizado dos estudantes e o Núcleo de Atenção Educacional Psicossocial e Inclusivo (NAEPI), que tem como objetivo geral, atribuir atenção à diversidade humana, propiciando um ambiente adequado de aprendizagem a todos os alunos da Rede Municipal de Ensino, oferecendo apoio, atendimento, orientações, suportes técnicos e assessorias aos diferentes segmentos das unidades escolares, almejando um processo de ensino contextualizado, eficaz, significativo, de qualidade e que promova o progresso escolar de todos os educandos. O NAEPI dispõe do atendimento do psicopedagogo, psicólogo e pedagogo para atendimento dos alunos com deficiências. Segundo Mantoan (2006, p.13) “se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos, que reconheça e valorize as diferenças”.

A autora sugere que é preciso eliminar todas as barreiras possíveis para que de fato ocorra a efetivação da inclusão, e todas essas produções de documentos e normativas representa uma compilação de esforços e tentativas de tornar essa temática mais usual na sociedade, na prestação de serviços públicos e no acesso às políticas públicas em geral, objetivando melhorar o atendimento ao aluno com deficiências, bem como o aprimoramento das práticas pedagógicas, a eficiência do currículo e a desburocratização dos expedientes administrativos que tratam da vida escolar dos alunos.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) realiza o Censo Escolar em

todas as escolas de educação básica, acompanha, na educação especial, indicadores de acesso à educação básica, matrícula na rede pública, inclusão nas classes comuns, oferta do atendimento educacional especializado, acessibilidade nos prédios escolares e o número de municípios e de escolas com matrícula de alunos com deficiência.

Com base nesses dados mostraremos o quantitativo de alunos matriculados no AEE da rede municipal de ensino.

Tabela 01 - Dados de matrículas de atividade complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE) na rede municipal de Porto Grande.

Ano	Ano	Ano	Ano
2017	2018	2019	2020
38 alunos	49 alunos	45 alunos	31 alunos

Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/relatorios/gestores/atividade-complementar-aeexls>

Tabela 02 - Dados de matrículas de atividade complementar e Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Municipal Acre.

Ano	Ano	Ano	Ano
2017	2018	2019	2020
08 alunos	20 alunos	16 alunos	06 alunos

Fonte: <http://censobasico.inep.gov.br/censobasico/rest/relatorios/gestores/atividade-complementar-aeexls>

A rede municipal de ensino dispõe de professores especializados que atuam no AEE dentro das Escolas e de cuidadores escolar que acompanham os alunos na sala regular, vale ressaltar que, de acordo com o documento normatizador, a escola que não tiver o serviço do AEE, deverá encaminhar o aluno com deficiência para ser atendido na escola da rede municipal de ensino que disponibilize do serviço.

A escola municipal Acre, que é nosso objeto de estudo, possui Sala de Recurso Multifuncionais (SEM), onde 02 professores especialistas prestam atendimento no contraturno aos alunos com necessidade especial da turma regular e 04 cuidadores que os acompanham na locomoção pelas dependências da escola, auxiliam no aprendizado ao copiar a matéria, ou caso o aluno não tenha autonomia motora ou

intelectual para tanto, ler e escrever por ele, dentre outras.

A Escola Municipal Acre, possui uma coordenação pedagógica exclusiva para educação especial, onde professoras e coordenação pedagógica tem especializações que as habilitem no preenchimento da anamnese e o plano individualizado educacional dos alunos atípicos, são realizados planejamentos quinzenais com as professoras da educação especial e planejamentos mensais com os professores da sala regular e professoras da educação especial. São feitos escuta ativa e formação continuada dos professores da sala regular e da educação especial, entrega de uma cópia dos relatórios alunos atípicos pelos professores da sala regular e da educação especial para os pais e responsável, busca ativa dos alunos com infrequência e prestado atendimento, acolhimento e formações para os pais e responsáveis pelos alunos atípicos

Não se pode negar que o município e a Escola Municipal Acre ainda têm muito que avançar para de fato oferecer uma educação inclusiva, principalmente se tratando da parte estrutural das escolas, mesmo diante de todos os empasses e engatinhando, estão conseguindo avançar com a finalidade de promover uma educação inclusiva e participativa, onde os alunos com deficiências possam se tornar cidadãos críticos, com valores e conhecedores do seu papel na sociedade.

3.6 Resultado e análise

Para a elaboração desta pesquisa, o desenvolvimento metodológico teve como suporte a utilização de uma bibliografia diversificada sobre o assunto, e por uma parte prática, que foi realizada na Escola Municipal Acre, com professores que lecionam do 1º ao 5º ano do ensino fundamental I.

A pesquisa busca entender quais os desafios que os professores enfrentam ao receberem alunos com deficiências, refletindo sobre a inclusão dos mesmos, com o objetivo de analisar as políticas de inclusão e seu impacto nos processos de socialização e aprendizagem de alunos com deficiência.

Segundo Gonsalves:

[...] a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONSALVES, 2001, p.67)

A exploração de novos conhecimentos é necessária para a obtenção de uma

satisfação profissional eficaz, principalmente na área da docência, onde a cada dia um mundo novo se apresenta em sala de aula, e inclui alunos com deficiências. Isso prova que a educação escolar deve se esforçar para quebrar o velho paradigma e abrir as portas para os desafios que se colocam.

Pensando na educação inclusiva e como ela ocorre na prática, para a realização desta pesquisa, visitou-se e observou-se a Escola Municipal Acre, onde estão matriculados aproximadamente 961 alunos na rede regular de ensino que abrange do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental e EJA e que possui alunos com deficiência e incluídos. Por questões que envolvem a ética profissional, optou-se pela não identificação dos funcionários, alunos e professores com os quais foram obtidas as informações.

Estão matriculados seis alunos com deficiências, mas, nossa área de pesquisa são os alunos do 1º ao 5º ano, dentre os seis, apenas dois são desse segmento, de acordo com os laudos médicos foram diagnosticados com: Deficiente físico e Síndrome de Down. Os alunos com deficiência acompanham as aulas do currículo junto aos demais alunos na sala regular e nos períodos inversos a essas aulas, eles frequentam as aulas na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

A escola possui Sala de Recurso Multifuncionais, onde atuam duas professoras que possuem formação em magistério, pedagogia, especialização em Educação Especial, formação em Libras, dentre outras, e estão sempre fazendo os mais diversos cursos que abordem a questão da educação especial inclusiva.

Quanto ao processo de formação de professores da sala de aula regular, há uma grande preocupação, pois apenas os professores que atuam no AEE são especialmente treinados para trabalhar com alunos com deficiência, embora haja um meio ativo de comunicação entre todos. Dos 20 professores que lecionam do 1º ao 5º ano, 04 têm magistério, 16 têm formação em nível superior (dos 16 professores que têm formação superior, 12 é em pedagogia e 04 em outras áreas), e apenas 03 professores possuem pós graduação, porém, nenhuma na área da educação especial.

Vale destacar que nesta escola, os alunos são acompanhados por cuidadores em sala de aula.

Para um levantamento mais criterioso e verdadeiro foi elaborado um questionário com perguntas abertas, onde os professores do fundamental I (1º ao 5º ano) que atuam na escola, sem identificar-se, nos forneceram informações valiosas para o desenvolvimento desta pesquisa.

A questão (01, um) perguntou sobre o que eles entendem por educação inclusiva. Tendo em vista que a inclusão se aplica a todos, o professor tem um papel fundamental na escola e como principal desafio, construir e pôr em prática uma pedagogia capaz de atender e incluir os alunos com características pessoais e de aprendizagem que necessitam de uma pedagogia diferenciada.

Tabela 3 – O que você entende por educação inclusiva?

Professores	Respostas
P1	<i>Para entender a educação inclusiva é preciso entender que somos diferentes, pensamos diferentes, sentimos com intensidade diferente, agimos de forma diferente e tudo isso porque vivemos e aprendemos o mundo de forma diferente.</i>
P2	<i>Educação Inclusiva são desafios ao sistema de ensino para incluir serviços e condições à escolarização aos alunos com deficiência.</i>
P3	<i>A educação inclusiva é o ato não apenas de integrar e sim de incluir todos do âmbito escolar sem distinção para que todos possam interagir e aprender com as mesmas oportunidades e respeito.</i>
P4	<i>Uma educação inclusiva integra os alunos com deficiência, em escolas regulares, com o apoio da família e toda comunidade escolar.</i>
P5	<i>A escola inclusiva implica que todas as crianças de uma comunidade aprendam juntas no mesmo ambiente, independentemente de suas características pessoais, socioeconômicas ou culturais.</i>
P6	<i>Educação inclusiva é um processo que busca recolocar nas escolas, as pessoas excluídas (pessoas com deficiência, de distúrbios de aprendizagem ou de deficiência, excluídas por gênero, cor ou outros motivos). Apesar de várias legislações a favor, pouca coisa tem sido feita em prol da educação inclusiva.</i>
P7	<i>A educação inclusiva, luta para a criação de políticas de oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional iguais às de quem não é deficiente.</i>
P8	<i>Para que aconteça a educação inclusiva, é preciso a mobilização e a reflexão do setor político, da comunidade, dos pais, dos gestores de escola, dos professores, de todos os alunos, especiais ou não.</i>

P9	<i>Um ambiente para se tornar verdadeiramente inclusivo, todos os estudantes têm que se sentir seguros e ter um sentimento de pertencimento, especialmente por poderem aprender no seu tempo e ritmo.</i>
P10	<i>Em um ambiente escolar inclusivo, todos os alunos estão na mesma rede escolar, beneficiando-se de um ambiente escolar adaptado e flexível de acordo com suas necessidades e não segregado de acordo com sua deficiência.</i>

No que se refere ao entendimento sobre a educação inclusiva, os resultados indicam um consenso nas respostas dos professores, mesmo diante de desafios como a falta de formação voltada à inclusão, as salas de aula numerosas, a falta de tempo para o atendimento individualizado desses alunos e a sensação de que se faz o que é possível diante da realidade vivenciada. As percepções dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiência nas escolas fazem parte do contexto dos desafios que enfrentam e mesmo com muitos desafios, eles veem a inclusão escolar como um movimento positivo, o que parece importante, dada a necessidade de respeitar a diversidade humana. Vale salientar, que de acordo com as respostas os professores entrevistados reconhecem que a inclusão precisa ser de uma responsabilidade compartilhada, com o intuito de banir as segregações e de fato incluir todos os alunos assim como reitera Mantoan quanto a inclusão; "...prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular." (Mantoan, 2004, p. 16).

A questão (04, quatro) perguntou para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva e sabemos que um dos principais desafios que a educação inclusiva no Brasil encontra para ser implantada é a despreparação da comunidade escolar para lidar com a inclusão.

Tabela 04 - Para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva?

P1	<i>Um dos desafios mais importantes é fazer um plano de aula que contemplem toda a turma, sem distinção, que desenvolva suas habilidades intelectuais e sociais do aluno.</i>
P2	<i>Uma escola para se tornar inclusiva deve investir em formação, pois a falta de conhecimento e despreparo prejudica o trabalho e afasta famílias.</i>

P3	<i>Existem vários desafios enfrentados pelo professor, dentre eles o do próprio professor não acreditar que é capaz de fazer esse trabalho. Dentre outros a falta de materiais adequados para atender cada necessidade especial e formação continuada com oficinas para essa área.</i>
P4	<i>Prática pedagógica que dificultam seu trabalho, como a falta de formação adequada, salas numerosas, sendo que essas questões se refletem na docência e prejudicam a inclusão dos alunos.</i>
P5	<i>Capacitação e inclusão sem toda comunidade escolar (do portão a sala de aula), eliminar as barreiras arquitetônicas são os primeiros passos para uma inclusão efetiva, assim como a introdução de recursos e tecnologias assistivas.</i>
P6	<i>Para que a inclusão de alunos com deficiência no sistema regular de ensino se efetive, devemos investir na preparação dos professores para lidar com essa nova realidade e estrutura e da escola.</i>
P7	<i>Formação de educação inclusiva para professores da sala de aula regular e acessibilidade na escola.</i>
P8	<i>Capacitação de professores e envolvimento das famílias no processo educacional é fundamental para que os alunos possam avançar em seu processo educacional.</i>
P9	<i>Capacitação e formação continuada são fundamentais para lidar com os alunos, bem como as adaptações e os equipamentos que forem necessários para seu aprendizado.</i>
P10	<i>Lotação de sala de aula, políticas públicas, apoio da família e recursos metodólogos.</i>

As respostas dadas a essa pergunta, nos faz perceber que os professores, mesmo sem ter formação na área de educação especial, eles possuem consciência de como precisam proceder, sabem da importância novas formas de educar e também de utilizar novos conceitos, mas ainda demonstram uma certa insegurança no sentido de inovar com uso de mecanismos para desenvolver novas experiências de aprendizagem. Porém, este papel de incluir independe apenas do professor, mesmo que ele seja um dos principais atores neste cenário educacional inclusivo, se faz necessário promover a preparação de toda a comunidade escolar, pois professor com ou sem formação adequada, capacitado ou não, está envolvido neste processo e, apesar da tônica do processo inclusivo, mesmo que timidamente, o aluno com

deficiência está chegando à escola e trazendo com ele desafios que deverão ser enfrentados com a ajuda e participação de todos.

São ofertadas desde de 2009, através do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor) formação continuada que visa contribuir para a adequação da formação inicial dos professores em serviço na rede pública de educação básica por meio da oferta de cursos de licenciatura correspondentes à área em que atuam. No entanto, dados do censo escolar 2021, mostram que existem 21 professores da rede municipal de Porto Grande, que ainda possuem apenas o magistério e destes 04 são professores que lecionam na escola municipal Acre. A consciência da importância da formação continuada para os professores têm que vir dos próprios professores. Eles precisam ver essa preparação como uma oportunidade para aprimorar seus conhecimentos e entender melhor a prática da docência.

Grandes desafios estão sendo explorados para que a educação inclusiva seja realmente efetiva, pois os professores devem estar preparados e seguros para trabalhar com alunos com deficiência. E é através da formação continuada voltada à formação de professores para atuarem na educação inclusiva, que esse processo acontecerá. Sabemos que os professores terão que percorrer um longo caminho para que mudanças reais aconteçam nas escolas, pois sabemos que a implementação da educação inclusiva vai além de matricular crianças com deficiência nas escolas, pois estamos conscientes de que o desafio colocado aos professores é grande e que parte significativa dos professores não estão preparados para desenvolver estratégias de ensino diversificado, porém, cabe a cada um, encarar esse desafio de forma a contribuir para que no espaço escolar, aconteçam avanços e transformações, ainda que pequenas, mas que possam propiciar o início de uma inclusão escolar possível.

Outro desafio que precisa ser destacado são as questões familiares, principalmente porque a família nem sempre aceita que o filho tem deficiência, porém, quando a família se sente amparada pela escola, esse sentimento se reflete também na criança, criando um bom ambiente de trabalho. Os pais precisam se sentir incluídos como seus filhos. Deve-se mostrar que na escolarização de crianças com deficiência, além da própria criança, seus pais e educadores também estão envolvidos. A escola tem a responsabilidade de acolher a criança, de se beneficiar do ambiente escolar da melhor forma possível e de gozar das mesmas obrigações e direitos que as outras crianças.

No entanto sabemos dos desafios que a educação tem encontrado no Brasil, são professores insatisfeitos com a desvalorização de seu trabalho, são escolas com situações precárias e sem recursos para tornar a prática docente eficaz e as aulas atrativas aos alunos. A escola, ao longo de sua trajetória histórica, não foi pensada para atender às desigualdades.

Apesar dos desafios, a educação inclusiva é essencial para os processos históricos de segregação. Ao promover o desenvolvimento cognitivo de jovens com deficiência e ao promover ganhos no desenvolvimento socioemocional, o estabelecimento da educação inclusiva gera benefícios para todos.

Tabela – 05 O professor está preparado para receber o aluno com deficiência em sala de aula?

P1	<i>Não estamos preparados pois os especiais são únicos que precisam do apoio de todos e acompanhados por especialistas para facilitar sua aprendizagem.</i>
P2	<i>Não porque a escola em si não está preparada, mas quando o professor se depara em sua sala de aula com aluno com deficiência, ele tem a obrigação de oferecer um ambiente próprio a todos os estudantes de regular a inclusão, porque a recepção e tratamento dos funcionários da escola é essencial, é preciso que ele sinta confiança em está ali.</i>
P3	<i>Infelizmente são poucos os que estão preparados, e até estes, ainda enfrentam a falta de recursos tecnológicos, didáticos e paradidáticos para desenvolverem seu trabalho com êxito, frisando assim que a grande maioria dos professores não estão preparados para receber um aluno com necessidade especial em sua sala de aula.</i>
P4	<i>Não, pois o que se observa é que a adaptação desses alunos é muito difícil. Principalmente, pela má preparação dos professores e conseqüentemente, de toda a instituição.</i>
P5	<i>Nem o professor e nem a escola, pois as estruturas não são adequadas.</i>
P6	<i>Não, o grande desafio é que os alunos que estão na sala de aula comuns, possuem necessidade diferentes e logo o professor teria que ser capacitado para múltiplas especialidades.</i>
P7	<i>A escola em sua totalidade não está com a estrutura adequada e falta formação de inclusão para os professores.</i>
P8	<i>Não estou, pois sinto dificuldade e insegurança.</i>

P9	<i>Não, pois falta a estrutura física da escola e a mais importante a formação dos professores na área inclusiva.</i>
P10	<i>Não estou e nem estarei, pois tenho medo do desconhecido, mesmo diante das dificuldades, temos que receber o aluno, pois ele é o único que não pode ser prejudicado.</i>

Pelas respostas dos professores, fica claro que a escola e os professores não estão preparados para lidar com estes alunos. Isso acaba gerando um processo de inclusão falho. O aluno com deficiência, se não tiver o suporte dos professores, da escola, da família e dos outros alunos, não é incluído no processo e acaba se tornando um problema. Uma vez que não há preparo e uma atenção especializada, não há como incluí-lo. O ideal seria que houvesse um processo de atualização nesta escola. E esse processo deve partir de quem? É preciso que governos e professores se responsabilizem pela formação continuada e, assim, reflitam sobre a importância de proporcionar aprendizagem aos alunos, de acordo com suas necessidades, por meio de novas práticas pedagógicas. No entanto, mesmo a escola oferecendo formação continuada, professores se sentem despreparados para receber alunos com deficiências. Embora saibamos que a prática por si só não reflete as mudanças que se espera que a educação alcance, também é importante notar o fato de que a formação continuada ao longo da carreira, sem dúvida, levará a mudanças na prática docente. Se os professores não atuarem em sala de aula com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os componentes que sustentam seu trabalho, pouco se conseguirá transformar a forma de educar.

Não é só o processo de ensino e aprendizagem que fazem parte do contexto escolar dos alunos com deficiência, mas também o espaço físico da escola, portanto foram observadas as estruturas adaptadas que a escola proporciona a estes alunos. O acesso ao espaço da escola é uma via com pavimentação asfáltica e com faixa de pedestre em frente ao portão da escola, com uma rampa no portão principal. A estrutura da escola compreende um andar, com rampas nas entradas das salas de aula, banheiro adaptado para cadeirante, não possui barras e nem piso tátil e o piso não é adequado para os alunos com deficiência, pois é muito liso, o que pode causar quedas.

Vale destacar que a estrutura da escola acolhe de alguma forma pessoas com deficiência, mas ainda há muitas mudanças que precisam ser feitas, como: piso não é adequado para os alunos com deficiência, pois é muito liso, o que pode ocasionar

quedas, a entrada precisa ser alargada e a acesso para a quadra precisa ser feito rampa.

Analisando as informações e conhecimentos adquiridos para a realização deste trabalho pode-se afirmar que por mais que existam leis, decretos e constituições que estabelecem normas, regras e leis para a educação especial inclusiva, há um longo e sinuoso percurso a ser percorrido no ambiente escolar para que sejam garantidos os direitos das pessoas com deficiência. Esse percurso envolve desde a família, a comunidade escolar como um todo, a sociedade e os governantes.

4 PROPOSTAS DIDÁTICAS COMPLEMENTARES

Após a observação das aulas de alguns professores e análises das respostas dada ao questionário, é notório que os mesmos ainda se sentem despreparados para ministrar aulas que sejam atrativas e significativas para o desenvolvimento das habilidades de todos e principalmente de alunos que necessitam de cuidados especiais.

A professora “P1” em resposta à pergunta de número 1 do questionário, que faz a seguinte indagação: - o que você entende por educação inclusiva?

“P1” - “são desafios ao sistema de ensino para incluir serviços e condições a escolarização aos alunos com necessidade especiais”

Sendo assim, se é considerado um desafio como diz a entrevistada P2 significa que a escola de um modo geral necessita preparar-se para tal, assim como ela diz também que é primordial que se haja uma formação contínua relacionada ao contexto educacional, já que cada necessidade do aluno requer novas práticas para desenvolver habilidades específicas.

Quando questionados sobre a pergunta 10- O professor está preparado para receber o aluno com necessidade especial em sala de aula?

As respostas foram quase unânimes em dizer que não, porém, reconhecem que detém a responsabilidade e a obrigação com este aluno, buscando oferecer um ambiente que lhes transmita segurança, confiança, aspectos que fazem total diferença para um aprendizado significativo.

Portanto, enfatizando uma das maiores preocupações dos professores da sala de aula regular que é propiciar um ambiente livre de categorizações, mas que reconheça e respeite as diferenças de cada um, sugerimos uma sequência didática

que contemple a todos, sem que seja feita distinções ou haja prejuízo para os alunos atípicos.

Sabemos que toda criança ama brincar e que pode ser explorado e potencializando suas habilidades através do lúdico, e o professor pode através da literatura, da leitura compartilhada e de jogos educativos promover um ambiente propício para desenvolvimento intelectual, cognitivo e motor destes alunos.

Neste sentido, pensamos nessa sequência didática inspiradas na Oficina As Três Partes, oferecida às crianças do PRODECAD- Programa de Desenvolvimento e Integração da Criança e do Adolescente - viabiliza a educação complementar às crianças de 6 a 14 anos, em seu contraturno escolar, na cidade de Campinas- SP.

Neste caso será aproveitado para as aulas de matemáticas integralizadas com língua portuguesa e artes, em que propusemos atividades diferentes da ideia apresentada na oficina. No primeiro momento o professor irá apresentar para a turma um livro, aqui sugerimos a obra de Edson Luiz Kozminski, " as três partes", a escolha desta obra se justifica por ser um livro bem lúdico e de fácil compreensão que permitirá que os alunos viagem em sua imaginação explorando infinitas possibilidades, já que o imaginário infantil é vasto.

PLANO DE AULA

Identificação: Escola Municipal Acre

Modalidade: 2º ano fundamental I

Componente Curricular Integralizados: Matemática, Língua Portuguesa E Artes

TEMA: Brincando com as formas geométricas

As brincadeiras e jogos são grandes auxiliares no desenvolvimento da criança e em sua alfabetização, que dessa maneira, vai construindo seu aprendizado de forma divertida e eficaz.

OBJETIVOS

GERAL: Reconhecer as formas Incentivar o hábito da leitura desde os anos iniciais de escolaridade propiciando atividades coletivas, a expressão oral e a troca de opiniões, contextualizando a história com a sua realidade.

Promover o acesso ao currículo comum através de intervenções pedagógicas que respondam às especificidades e às necessidades educativas do estudante público-alvo da Educação Especial, considerando as diferentes dimensões humanas e visando sua plena participação.

ESPECÍFICOS:

- Construir e relacionar a partir das figuras geométricas;
- Estimular a comparação visual;
- Desenvolver conceitos, semelhanças e diferenças, comparações, identificações das formas;
- Descrever a posição das figuras geométricas planas na composição de uma figura, utilizando nomenclatura adequada;
- Explorar as habilidades de criatividade, paciência, percepção espacial, composição e decomposição de figuras.
- Estimular o desejo de novas leituras.
- Interpretar.
- Enriquecer o vocabulário.
- Promover produções textuais
- Flexibilizar currículos, avaliações e tempos escolares;
- Favorecer situações de trocas sociais;
- Promover contextos que exijam comportamento de solicitação;
- Enfatizar ações que favoreçam a atenção compartilhada;

CONTEÚDO

Geometria

Oralidade

Percepção visual

Brincadeira de regras simples

Raciocínio lógico

Semelhança e diferenças

Identificação das formas geométricas

Autonomia e independência;

Respeito, solidariedade e colaboração;

Interação e participação.

Atenção e memória;

METODOLOGIA DE ENSINO

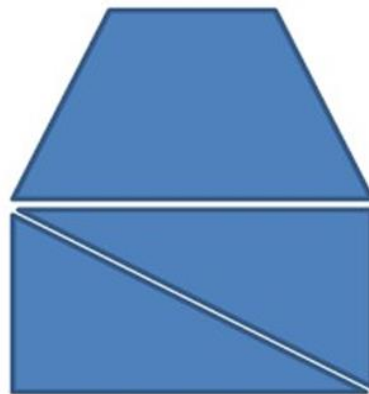
1-aula

Duração: 45 min



A obra conta a história de uma casa que resolve ser outras coisas, para isso se divide em três partes e embarcam em uma aventura montando novas formas.

A priori, apresenta-se o livro, mostrando a capa e falando sobre o autor da obra, baseado na capa do livro que contém formas geométricas, podemos perguntar se eles conhecem aquelas formas. Em seguida será distribuído às mesmas três formas do livro confeccionada em EVA para cada aluno, a turma será organizada em círculo para facilitar a interação entre todos e a comunicação visual. Com auxílio de um projetor de imagens o livro será exibido e será solicitado que os alunos tentem reproduzir as mesmas formas que se apresentam na leitura, dessa maneira conseguiram assimilar o conteúdo de maneira mais prática e divertida.



Nesse primeiro momento será desenvolvido a capacidade de interpretação de texto e desenvolvimento motor.

Os alunos com deficiência conseguirão participar de forma efetiva desta aula já que os recursos visuais (objetos coloridos, confeccionados em EVA) utilizados propiciam essa participação, onde os mesmos se sentirão parte do grupo verdadeiramente, este sentimento de pertencimento causam um melhoramento na interação entre os colegas. E a partir desta socialização as condições de desenvolver suas competências socioemocionais como empatia e colaboração

serão potencializadas, acarretando em um ambiente que contemple e beneficie toda turma no sentido de uma resposta positiva às atividades propostas.

Como primeira atividade após leitura, sugere-se que os alunos trabalhem em duplas e juntando suas peças montem um único objeto e tentem explicar o que seria. E com isso seria trabalhado a composição e decomposição de um objeto geométrico, a interpretação e percepção visual e o trabalho em equipe, explorando as habilidades de criatividade. Fortalecendo os laços de solidariedade, respeito e colaboração e inclusão.

2- Aula

Duração: 45 min

Para uma segunda aula, faremos um bingo das formas geométricas dando prosseguimento ao assunto. Faremos uma revisão sobre as formas que eles já conhecem e apresentaremos algumas novas. O jogo do bingo despertará o raciocínio lógico, comparação visual e desenvolvimento de conceitos, semelhanças e diferenças, comparações e identificações das formas.



Para este trabalho apresentaremos para a turma primeiramente uma cartela que contém algumas figuras geométricas coladas e as mesmas peças destacadas para que os alunos fossem colocando cada peça em seu lugar quando fosse solicitado. Com o auxílio de um saquinho realizaremos o sorteio, retirando formas e mostrando a eles, e de acordo com a forma e a cor eles iam colocando as peças em seus respectivos lugares em suas cartelas.

Figura 1 cartela 1



Com isso eles conseguiram assimilar um pouco mais os nomes das formas, utilizaremos cores repetidas propositalmente a fim de analisar a percepção dos alunos quanto a semelhança de cores e variação das formas, assim será possível analisar quem já consegue distinguir as formas independente das cores. Nesta etapa da atividade os alunos deficientes também serão capazes de executar, pois terão consigo as formas destacadas em que só terão que colocá-las nos lugares sugeridos pelo professor, além de falar o nome da forma geométrica o professor também pode usar o auxílio das cores para que todas as crianças consigam completar esta fase.

Já familiarizados com o jogo, passamos para a segunda cartela, nesta eles não teriam mais suas peças destacadas, utilizaremos a mesma forma de sorteio, porém dessa vez solicitaremos que assinale com um X a forma correspondente. Ganha o jogo quem conseguir preencher primeiro a sua cartela. A inclusão dos alunos com deficiência se configura nesta etapa com a participação e auxílio do cuidador que poderá assinalar a resposta que o aluno julga correta, mesmo necessitando deste auxílio, os mesmos conseguirão através dos estímulos visuais e orais que o professor emitirá desenvolver esta atividade.

3- Aula

Duração: 45 min

Para a terceira aula dividiremos a turma em duplas, para incentivar a socialização, trabalho em equipe, e incentivar a inclusão. Confeccionaremos juntos várias formas geométricas coloridas que serão colocadas em uma urna, e em uma outra urna terá cartelas descritas com número, nomes das formas e cor. Por exemplo, o primeiro jogador tira a cartela com o número 3, forma geométrica triângulo de cor laranja, o

parceiro dele terá um tempo estipulado pelo professor para encontrar 3 formas geométricas que represente o que foi pedido. O parceiro de dupla poderá auxiliar apenas mostrando para o colega qual é a forma. Ganha a dupla que completar a tarefa em menos tempo.

4- Aula

Evidenciando a importância dos pais na vida escolar de seus filhos, como proposta de atividade final dando fim a esta sequência didática, os alunos serão orientados a junto de seus pais em casa, produzirem da maneira que preferirem algum objeto a partir das formas geométricas utilizadas em sala de aula, criar uma breve história sobre sua criação e no dia marcado um dos responsáveis da criança virá a escola apresentar o trabalho junto com ele.

Esta proposta de atividade estreita a relação entre escola e família, e fortalece os laços afetivos entre pais e filhos no sentido de segurança e apoio. Além de contemplar a interação, participação, testar a atenção e memória do aluno mediante o que foi estudado em sala de aula.

Esta sequência didática foi proposta visando a inclusão de um aluno deficiente físico que mesmo dentro de suas limitações e respeitando suas características individuais será capaz de participar em todas as etapas destas atividades acima descritas, ainda que em alguns momentos seja necessário que haja colaboração e monitoramento do cuidador, professor e colegas de classe.

Levando em consideração também a participação do aluno com síndrome de down, refletindo o interesse deste público para atividades que contenham formas e cores, portanto, os professores precisam direcionar este olhar para estas crianças buscando os estímulos certos para desenvolver suas habilidades. Jogos com formas geométricas podem ser um grande auxiliador nesses estímulos.

Figura 1/ Fonte Google



AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Ensinar com suporte de jogos é de suma importância para o desenvolvimento da criança, já que brincadeiras e jogos é do gosto de toda criança independente de suas limitações. Porém, exige do professor interação com os alunos e estímulo corretos, direcionados para a aprendizagem. Os alunos com deficiência também são capazes de desenvolver suas habilidades emocionais, cognitivas e motoras através destas metodologias lúdicas e dirigidas.

A avaliação será feita em todos os momentos da aula através da observação dos alunos quanto a participação e realização das atividades propostas, com objetivo de auxiliá-los no processo de ensino e aprendizagem.

RECURSOS NECESSÁRIOS

Espaço físico, Eva, pistola de cola quente, tesoura e lápis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.

BETONI, S. T.. Cores e formas: inclusão de um aluno com síndrome de down. In: I MOSTRA DE BOAS PRÁTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR, 2016,. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2016. Disponível em:

<<https://proceedings.science/boas-praticas/trabalhos/cores-e-formasinclusao-de-um-aluno-com-sindrome-de-down>> Acesso em: 22 mar. 2022. KOZMINSKI, Edson L. As três partes, 8º Ed., São Paulo, Editora Ática, 1998. SANTINHO, Miriam. Minicurso: A Literatura Infantil na aula de Matemática, 2007.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho revela uma realidade complexa e dinâmica que exige análise de múltiplos aspectos. Existem muitas visões positivas e negativas sobre o processo de inclusão existente na escola municipal Acre. Entre esses aspectos positivos, podemos citar o comprometimento dos professores em sala de aula com os ideais democráticos e de respeito à diferença, cuidadores para sala de aula regular, coordenação pedagógica exclusiva para educação especial e especialista na educação especial e inclusiva, professoras do A.E.E e coordenação pedagógica com especializações que as habilitem no preenchimento da anamnese e o plano individualizado educacional dos alunos atípicos, planejamentos quinzenais com as professoras da educação

especial, escuta ativa e formação continuada dos professores da sala regular e da educação especial, entrega de uma cópia dos relatórios alunos atípicos pelos professores da sala regular e da educação especial para os pais e responsável, busca ativa dos alunos com infrequência.

De acordo com as respostas do questionário, os professores não se sentem preparados e capacitados para lidar com os alunos com deficiência, mesmo a escola ofertando capacitação na área, embora saibamos que a prática por si só não reflete as mudanças que se espera que a educação alcance, também é importante notar o fato de que a formação continuada ao longo da carreira, sem dúvida, levará a mudanças na prática docente. Se os professores não atuarem em sala de aula com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os componentes que sustentam seu trabalho, pouco se conseguirá transformar a forma de educar. O querer é intrínseco, não adianta dar as melhores formações, se o professor não busca a mudança, a escola precisa de estrutura física adequada, boa interação com os funcionários da escola, pois a inclusão se faz com a participação de toda a comunidade escolar (do porteiro ao professor)

A educação inclusiva é temática e envolve diversos agentes, requerendo não só a dedicação do governo e das escolas, mas também da sociedade. O primeiro passo para as instituições educacionais é esclarecer o que elas buscarão e como alinhá-las com o plano de ensino da escola. Para superar os desafios é necessário muita discussão e planejamento, para que toda a comunidade escolar consiga desenvolver projetos e metodologias realmente inclusivas. Neste sentido, considera-se de extrema relevância a participação na elaboração e efetivação do P.P.P. (Projeto Político Pedagógico), que se trata do mais importante documento da escola, e que não deve ser considerado apenas um mero documento, mas um norte que consta todos os caminhos que a escola pretende percorrer e que deve estar de acordo com as expectativas e especificidades de toda a comunidade escolar.

O presente estudo buscou reunir informações que respondesse ao questionamento acerca das inseguranças que os professores do ensino regular se deparam ao receberem alunos com deficiência, e essa participação da construção do PPP e na execução no cotidiano escolar se evidencia importante na medida em que lhes permite aprender, refletir e vivenciar a experiência de um ensino democrático, tão necessário para afirmar a permanência dos alunos e salvaguardar a inclusão, além de poder contribuir de maneira eficaz para difusão de um ensino de qualidade que

entenda e promova os respeito às diferenças.

O processo pela busca da prática profissional é onde o professor assume a tarefa de promover a aprendizagem, o crescimento e o progresso do aluno, pois deve conciliar a diferença em nome do cultivo do conhecimento do aluno e da formação escolar. Sabe-se que os detalhes da prática pedagógica fazem grande diferença, como o professor direciona as atividades, a organização dos horários, a interação com os alunos, conexão direta com os professores do AEE e os pais.

Não há dúvidas de que a inclusão é um desafio, já que se trata de um novo paradigma de pensamento e de ação, pois trata da inclusão de todos os indivíduos em uma sociedade heterogênea. A escola só será realmente inclusiva quando o aluno com deficiência conseguir além de acessibilidade e leis que os garantam direitos, direitos esses que nem sempre são respeitados, consigam ser compreendidos verdadeiramente, podendo comunicar-se, no caso da escola do portão a sala de aula.

A escola é um dos maiores espaços de interação social e comunicar-se com igualdade, com a certeza de ser compreendido é um dos grandes passos da verdadeira inclusão. Essa a qual buscamos, onde todos tenham suas particularidades respeitadas sem precisar adaptar-se para tal. Nunca teremos todos os recursos que precisamos, nosso maior recurso tem que ser a nossa motivação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BISOL, Cláudia A.; VALENTINI, Carla Beatris. **Objeto virtual de aprendizagem incluir: recurso para a formação de professores visando à inclusão**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 2, p. 223-234, 2014.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1994.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25.

CIVIL, Casa. Lei nº 13.146, de 06 de Julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. **Diário Oficial da União**, v. 7, 2015.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

ESTADO DO AMAPÁ. Prefeitura Municipal de Porto Grande. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação Porto Grande-AP**. Lei nº 430/2015. 19/06/2015.

ESTADO DO AMAPÁ. Prefeitura Municipal de Porto Grande. Secretaria Municipal de Educação. **Documento Referencial e Normatizador da Educação Especial do Sistema de Ensino do Município de Porto Grande**. Resolução nº 002/2019-CME/PG

GIL, Antônio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Editora Alínea, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **O direito à diferença nas escolas—questões sobre a inclusão escolar de pessoas com e sem deficiências**. Revista Educação Especial, p. 17-23, 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer**. São Paulo, SP: Summus Editorial, 2006.

MAZZOTTA, M. J. S. ; SILVA, A. C. . **Formação dos professores do Ensino Fundamental para a proposta de educação inclusiva**. Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, v. 2, n.1, p. 13-27, 2002.

MAZZOTTA, M. J. S. ; SOUSA, S. M. Z. L. . **Inclusão escolar e educação especial: considerações sobre a política educacional brasileira**. Estilos da Clínica (USP) , v. V, p. 96-108, 2000.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. **A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 22, p. 299-314, 2016.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000. 126p

PIANA, Maria Cristina. **A pesquisa de campo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

RODRIGUES, David; LIMA-RODRIGUES, Luzia. **Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores?** Educar em Revista, n. 41, p. 41- 60, 2011.

ROPOLI, Edilene Aparecida et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar. A escola comum inclusiva**. 2010.

SANTOS, Teresa Cristina Coelho dos; MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em**

classe regular. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 21, n. 3, p. 395-408, 2015.

SILVA, Adriana Camejo; MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Formação dos professores do ensino fundamental para a proposta de educação inclusiva.** *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 13-27, 2002.

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO USADO NA COLETA DE DADOS DA PESQUISA

Questionário:

1. O que você entende por educação inclusiva?
2. Como sua formação auxiliou no desenvolvimento da sua prática para a inclusão?
3. Durante sua formação você teve contato com a educação inclusiva? Como foi essa experiência?
4. Para o professor quais são os desafios encontrados para se fazer uma escola inclusiva?
5. Você acredita que é preciso inovar o modelo educativo que temos hoje para que a inclusão aconteça?
6. O que você pensa quando se fala em valorização e aperfeiçoamento do professor?
7. Você possui alguma especialização em educação especial? Se sim, essa nova formação partiu do seu próprio interesse ou foi oportunidade oferecida por superiores?
8. Você já trabalhou com alunos de inclusão? Se sim, como se desenvolviam as atividades e rotina na sala de aula? Havia participação positiva das demais crianças?
9. Na sua avaliação o que é necessário para que a educação inclusiva avance de uma forma mais rápida?
10. O professor está preparado para receber o aluno com deficiência em sala de aula?